



ID: 42913696

BOLSA

Investidores pedem CMVM mais forte

Associação de pequenos investidores alerta que a credibilidade do mercado de capitais português é frágil

Os sucessivos "casos" em redor de operações de cotadas portuguesas não estão a passar despercebidos no exterior e poderão mesmo afastar investidores do país. A afirmação é do presidente da ATM — Associação de Investidores e Analistas Técnicos, Octávio Viana, que tem acompanhado de perto a maior parte das Ofertas Públicas de Aquisição (OPA) e também as privatizações, nomeadamente a da última fase da EDP — Energias de Portugal.

"Há operações que foram opacas", diz Octávio Viana, que contestou, em nome dos associados, inúmeras decisões e informações anunciadas tanto por entidades de supervisão, como a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), como por parte de empresas cotadas.

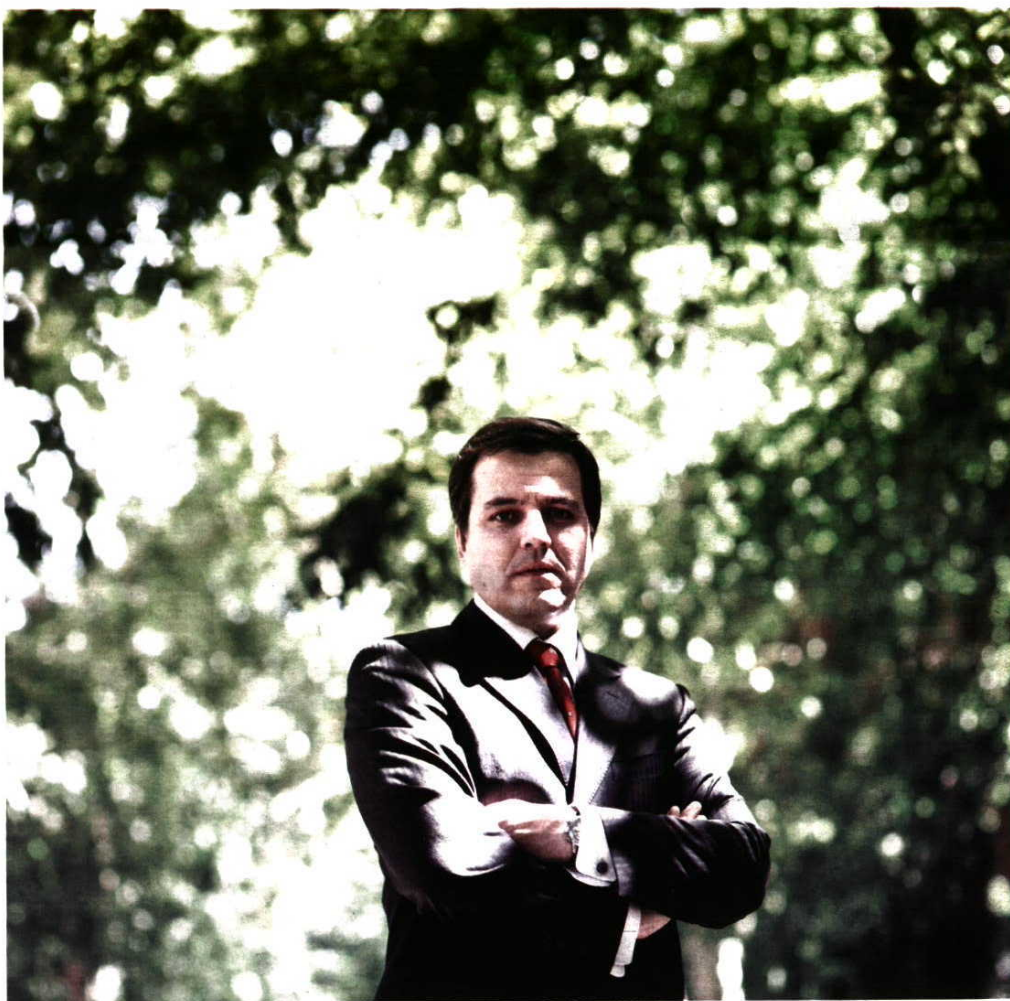
A mais recente polémica envolve a OPA da brasileira Camargo Córrea sobre a Cimpor, que está agora nas mãos da Procuradoria-Geral da República (PGR), na sequência de uma queixa da ATM. "A OPA da Cimpor começou torta, acabou torta e no pós-OPA continua torta", destaca Octávio Viana.

Mas não é caso único. A ATM levantou muitas dúvidas sobre a forma como foi feita a venda de parte do capital da EDP à China Three Gorges. "O que aconteceu agora [investigações] em redor da venda do capital da EDP não nos surpreendeu", afirma Octávio Viana. Também a OPA da Tagus, holding da José de Mello e da Arcus — European Infrastructure Fund, sobre a Brisa levantou dúvidas à ATM.

CMVM precisa de mais meios

"Sempre defendemos que a CMVM é muito competente e não deixa os seus créditos por mãos alheias", diz o presidente da ATM. "Acredito que surgiram duas operações complexas ao mesmo tempo, a da Cimpor e a da Brisa, e que a capacidade de resposta da CMVM não tenha sido tão fácil". Por isso, Octávio Viana pede que a CMVM seja reforçada para ter mais força nas suas funções de supervisão do mercado de capitais português. "A CMVM precisa de mais recursos. Um regulador tem de ter todos os meios de que necessita, custe o que custar".

O preço a pagar por problemas de falha na regulação é muito elevado, e para a ATM o risco de



O presidente da ATM, Octávio Viana, levantou questões sobre a última fase de privatização da EDP, entre outras FOTO NUNO FOX

regulação em Portugal é grande. E já existem investidores com receio de investir no país devido a questões de regulação e supervisão. "Hoje há uma questão de regulação e de confiança no mercado", afirma Octávio Viana. "O clima macroeconómico em Portugal já é assustador. Não podemos ter também problemas ao nível da regulação".

Octávio Viana frisa que alguns dos fundos que a sua associação representa (ver caixa) têm investimentos em ativos portugueses, possuindo já uma "importante exposição a Portugal". "Um dos fundos que é nosso parceiro gere ativos de €32 mil milhões. Dúvidas sobre a regulação afetam a confiança".

E defende uma posição polémica: apesar da descida do risco do país, "seria muito positivo para Portugal se houvesse uma participação do sector privado na crise nos moldes da Grécia, o que facilitaria muito o reequilíbrio das contas externas e públicas".

Os casos por explicar

Desde que foi criada em 1998, a ATM já interveio diversas vezes junto dos reguladores para apurar factos e apresentar queixas. Defendeu, por exemplo, que a CTG deveria ter lançado uma OPA sobre a EDP. "O preço oferecido implicava a tomada de uma posição de controlo da EDP, fosse por via de acordos

confidenciais ou por concertação com outros acionistas", diz Octávio Viana. "Ou havia promessa de controlo da EDP ou então há outros benefícios escondidos". A ATM chegou a pedir em tribunal a anulação das deliberações da assembleia geral de acionistas da EDP sobre a alteração dos estatutos da empresa que permitiu a entrada da CTG.

"O clima macroeconómico já é assustador. Não podemos ter também problemas de regulação"

Também atuou noutros casos, incluindo em operações envolvendo a Inapa, a Soares da Costa, a Cires e mesmo o Banco Português de Negócios (BPN). Mais recentemente, a ATM defendeu que o preço oferecido pela Tagus no OPA sobre a Brisa não refletia um prémio de controlo e por isso devia ser nomeado um auditor independente.

Cimpor na mira

Na OPA sobre a Cimpor, o facto de não ter havido uma OPA postestativa promete fazer correr muita tinta. A ATM quer apurar quem foram os responsáveis pela informação "errada" que foi dada aos investidores e que sugere

ATM defende-se

Que interesses defende a Associação de Investidores e Analistas Técnicos (ATM)? Porque é que não está registada junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)? Estas são algumas das questões que costumam surgir sempre que se fala na associação. Sem dúvida que a ATM incomoda e é polémica. Tem levantado questões em múltiplas operações no mercado de capitais português. Pressiona a CMVM e as empresas emittentes. Segundo Octávio Viana, presidente da ATM, a associação representa mais de 300 associados, entre pequenos investidores e fundos de investimento alternativos (hedge funds) norte-americanos e japoneses. Octávio Viana lembra que a Associação de Investidores e Analistas Técnicos é membro da Euroshareholders e membro fundador da World Federation of Investors Corporations. Criada há 14 anos, a ATM tem como presidente da mesa da assembleia geral Luís Nandin de Carvalho, Paulo Pinto, administrador da DIF - Broker, foi fundador da associação e é hoje vice-presidente. Sobre o registo da ATM junto da CMVM, Octávio Viana não vê que traga benefícios. "Acaba por ser uma afirmação, um statement. Se entender, a CMVM pode convidar-nos, como fez com a Deco, para o seu conselho consultivo".

ria a eventualidade de uma retirada da Cimpor de bolsa, após o sucesso da OPA. A CMVM esclareceu que não tinha responsabilidades no caso.

"A CMVM não se pode demitir de ter responsabilidade no que se passou na Cimpor. Cabe à CMVM garantir a qualidade da informação prestada ao mercado. É solidária no facto de essa informação ter sido disponibilizada tanto tempo de forma errada", diz Octávio Viana. E acrescenta que "a razão da existência da CMVM é a proteção dos pequenos investidores, do interesse público, da captação da poupança para o mercado de capitais".

ELISABETE TAVARES
etavares@expresso.impresa.pt